

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

DUAS CIDADES: DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA À METRÓPOLE DO RECIFE

JORGE VINÍCIOS SILVA GONDIM¹

ROSA MARIA CORTÊS DE LIMA²

ALINE DE SOUZA SOUTO³

RESUMO

Analisa as mudanças territoriais nos municípios de Escada e Goiana – Pernambuco. Aborda o acesso à terra, à habitação e ao saneamento básico. Agrega levantamentos bibliográficos, documental e visitas de campo. A autoconstrução, forma de provisão de moradias pela população, modela o tecido urbano das duas cidades. Isso mostra a ausência do Estado na efetivação de política habitacional.

Palavras-Chave: Dinâmicas Territoriais; Escada; Goiana; Habitação; Zona da Mata de Pernambuco.

ABSTRACT

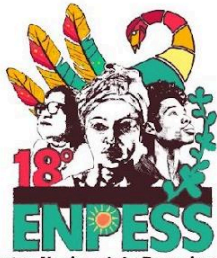
This article analyzes territorial changes in the municipalities of Escada and Goiana, Pernambuco. It addresses access to land, housing, and basic sanitation. It includes bibliographical and documentary surveys and field visits. Self-construction, a form of housing provision by the population, shapes the urban fabric of both cities. This shows the absence of the State in implementing housing policy.

Keywords: Territorial dynamics; Escada; Goiana; Housing; Canaveira Zone.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

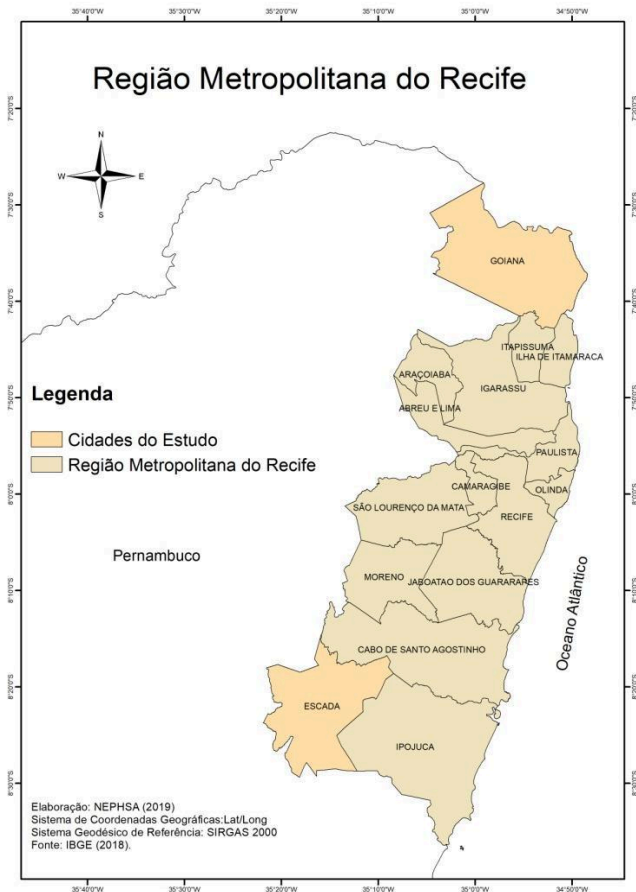
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas políticas e jurídicas, recentes, estabelecem conexões com o acesso ou a negação à terra e à habitação, com repercussão e aprofundamento da questão habitacional, fazendo emergir conflitos sobre uso e apropriação da terra por diferentes grupos e classes sociais. Partindo da investigação sobre duas cidades situadas no estado de Pernambuco, Nordeste brasileiro (Mapa 1), Escada e Goiana, o artigo aborda o acesso à terra, à habitação e ao saneamento básico, juntamente com a análise das mudanças territoriais em curso.

Mapa 1: Escada, Goiana e a Região Metropolitana do Recife



A primeira cidade localiza-se no limite da Região Metropolitana do Recife (RMR), compondo a Zona da Mata Sul e a segunda, atualmente na Zona da Mata Norte, ingressou na metrópole do Recife e, retornou a divisão territorial anterior. O trabalho está pautado na concepção crítica da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade, no sentido de apreender o real articulado com a base teórica e formulação do conhecimento teórico na perspectiva de totalidade. A metodologia de base quantitativa e qualitativa agrega levantamentos bibliográficos, documental, visita de campo e coleta de dados em instituições públicas oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Base de Dados do Estado (BDE), esta última, vinculada a agência estadual CONDEPE/FIDEM, no estado de Pernambuco.

O Artigo está dividido em dois itens, além da introdução e da conclusão. O item dois, trata de caracterizar os territórios estudados, apontando indicadores populacionais, taxas de urbanização e densidade demográfica, além de elucidar questões sobre a economia das cidades e as transformações em curso. O item três, enfatiza o debate realiza acerca das dinâmicas urbanas em Escada e Goiana, traçando paralelos com elementos sócio-históricos para aclarar questões referentes ao acesso à terra, à habitação e ao saneamento básico. Encerra com as considerações finais.

2 Uma metrópole em expansão? Dinâmicas nas franjas da Região Metropolitana do Recife

O estado de Pernambuco, situado na região Nordeste do Brasil, ocupa uma área de 98.067,877 km², comporta uma população 9.058.931 habitantes, sendo 52,3% mulheres, e com maior expressividade na pirâmide etária o percentual de homens de 20 a 24 anos (3,93%), e mulheres de 35 a 39 anos (4,13%) (IBGE, 2022). O Governo do Estado de Pernambuco – dado o caráter federativo do Estado brasileiro –, em consonância com a legislação estadual tem a atribuição de deliberar sobre a composição das unidades organizacionais, geoeconômicas, sociais e culturais das Regiões de Desenvolvimento (RD) do estado, articulando-se à legislação federal. Dentre as RD's, situa-se a Região Metropolitana do Recife (RMR), que é composta pelo agrupamento dos municípios⁴ de: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata, Goiana (Mapa 1).

A RMR foi criada pela Lei complementar nº 14, de 1973, e inicialmente, comportava nove municípios: Recife, Paulista, Igarassu, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata, Itamaracá e Cabo de Santo Agostinho. Os demais municípios – Araçoiaba, Abreu e Lima, Itapissuma, Camaragibe, Goiana e Ipojuca –, foram agregadas ao território metropolitano

⁴No Brasil, o município representa a divisão administrativa de um Estado, distrito ou região, que possui autonomia administrativa, sendo composto por órgãos político-administrativos próprios, tais como: a Prefeitura e a Câmara Municipal. O estado de Pernambuco apresenta um total de 185 municípios, e o distrito de Fernando de Noronha.

em decorrência de desmembramentos de municípios já integrantes da metrópole, enquanto outros resultantes do fato de apresentarem significativo desenvolvimento econômico, social e político.

Neste século XXI, a metrópole recifense, assinala a desaceleração do crescimento demográfico, demonstrando o espraiamento populacional cidades que conformam o tecido metropolitano, ultrapassando, assim, o território do Recife.

Em estudo sobre a socioeconomia pernambucana, Araújo (2018), realça que a metrópole do Recife se dinamizou nas diversas frações do território. Ao norte, com a instalação do polos industriais, onde está instalada a *Jeep*, a *fábrica de vidros planos*, a Hemobrás e outras, em Goiana; ao sul, o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), localizado no Território Estratégico de Suape (TES) que abarca os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Ipojuca, na RMR, e o município de Escada, na Zona da Mata Sul; a oeste, a Arena Pernambuco, criada e destinada para a realização da Copa do Mundo, em 2014, em São Lourenço da Mata.

Segundo Galindo e Marinho (2018) a instalação dos três polos industriais em Goiana não produziu expressivas transformações urbanas no município. Na porção norte da RMR, a produção de habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nas versões I e II, foram localizadas em Igarassu e Paulista, enquanto os empreendimentos comerciais e de serviços, em Paulista e Olinda. Na porção sul da metrópole, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, e nos municípios de influência do TES, com destaques para Escada e Sirinhaém, as mudanças nas modalidades de moradia, com aumento dos aluguéis tiveram como motivo central o Complexo Industrial e Portuário de Suape (Souza, 2018).

A inclusão de Goiana na RMR, a partir janeiro de 2018, conforme Lei Estadual nº 382, de 09 de janeiro de 2018, demarcou a ampliação da metrópole do Recife. Essa metrópole esteve, até 2019, formando um território contínuo com a Região Metropolitana de João Pessoa, vizinho estado da Paraíba. A linha divisória entre os territórios metropolitanos suscitou o primeiro e único caso de regiões metropolitanas de capitais brasileira com fronteiras contínuas, expressando aspectos singulares, que poderiam ter favorecido a integração intrametropolitana e o desenvolvimento econômico, alinhado as articulações interestaduais e regionais. Através de Projeto de Lei Complementar 770/2019⁵, Goiana retornou a RD Mata Norte, sob a justificativa de

⁵ Altera a Lei Complementar nº 388, de 27 de abril de 2018, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 25 da Constituição Federal e a Lei Complementar 382, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife - RMR, para realocar o município de Goiana para a Zona da Mata Norte.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que a sua inclusão na RMR provocou prejuízos na instalação de novos empreendimentos na cidade.

As alterações jurídicas, incidindo sobre a gestão territorial, revelam os interesses sobre o urbano das duas cidades: de aumento no quantitativo de empreendimentos industriais e de serviços. Uma espécie de continuidade das alterações nos usos da terra, anteriormente ocupada quase exclusivamente, por canaviais e pela indústria sucroalcooleira.

Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), Goiana (Mapa 02) contava com uma população de 75.644 mil pessoas, dos quais 58.025 mil habitam em área urbana e 17.619 mil em áreas rurais (Tabela 01). Em 2022, a população era de 81.055 habitantes (IBGE, 2022).

Tabela 01: Comparativo entre população urbana e rural e taxa de urbanização (Goiana e Escada).

ANO	Escada			Goiana		
	População Rural	População Urbana	Taxa de Urbanização (%)	População Rural	População Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1991	18.211	37.319	67,21	23.598	40.552	63,21
2000	11745	45.596	79,52	27.646	43.531	61,16
2010	9.553	53.964	84,96	17.619	58.025	76,71

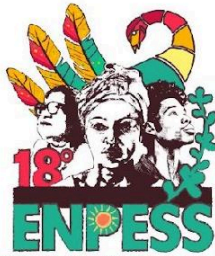
Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Na área total de 445,405 km², a porção urbanizada correspondia a 25,21 km² (IBGE, 2019)⁶. Parte do território municipal, ainda hoje, é ocupado por plantações de cana-de-açúcar, entretanto, constata-se a inexistência de usinas de açúcar em funcionamento. A presença da cana plantada revela disputa histórica pela terra. A ausência de unidades industriais do setor sucroalcooleiro, por sua vez, implica deslocamento da produção para outras cidades e, em particular, para o estado da Paraíba (Souto, 2020).

A predominância da monocultura da cana-de-açúcar na composição espacial e econômica de Goiana também se destaca na configuração da economia regional, entretanto, sem indicar tendência de crescimento. A recente instalação do polo industrial contribuiu para romper com a hegemonia do setor sucroalcooleiro na região, mesmo ainda existindo elevada concentração da propriedade da terra, característica da organização do território e da atividade econômica anteriormente predominante.

Na outra Região de Desenvolvimento, na Zona da Mata Sul pernambucana, Escada, com área total de 342,584 km² (Mapa 2), sendo 7,45 km² área urbanizada, ou seja 0,21% do território,

⁶ No mapeamento realizado pelo IBGE, foram consideradas áreas urbanizadas aquelas nas quais identifica-se a “[...] presença de um espaço vivido de relações que são conformadas por formas espaciais típicas do fenômeno urbano, como vias de trânsito e de circulação de pessoas, edificações, adensamento e proximidade, ou seja, áreas construídas dentro de padrões de edificação e distribuição que permitem relações diárias de vizinhança e possibilitam que o relacionamento das pessoas ali presentes caracterize um modo de vida urbano” (IBGE, 2019, p. 6).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

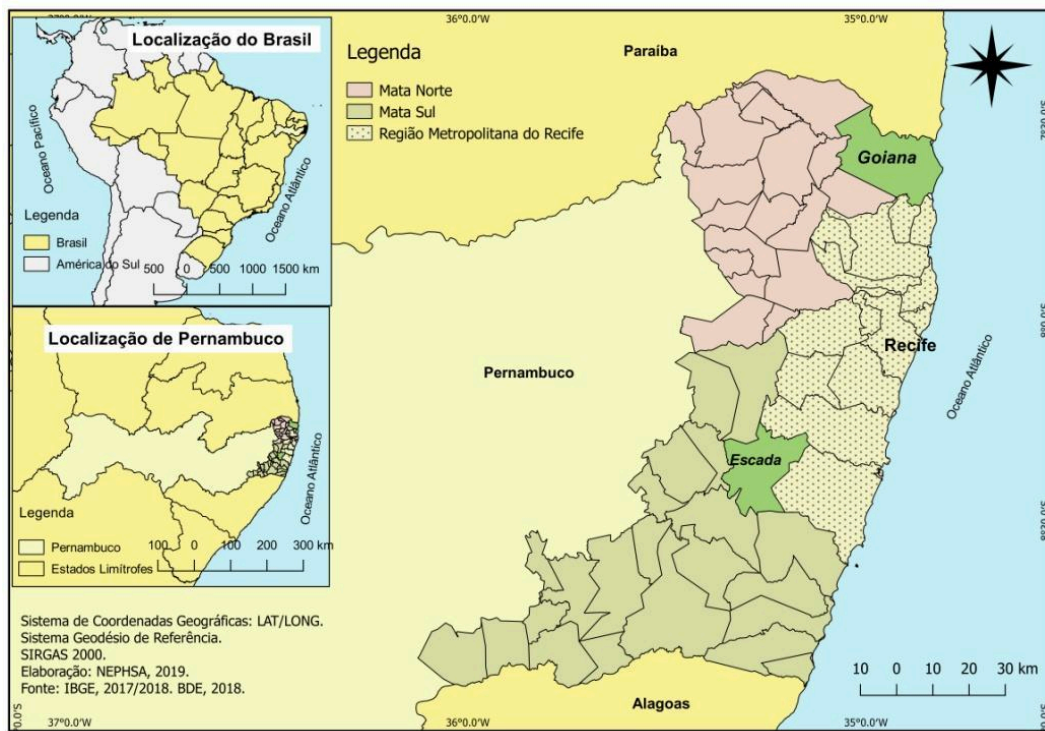
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

experimentou o trânsito demarcado pela passagem dos anos, ao agregar, mudanças econômicas e sociais associadas ao já citado ao Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) e ao fato de o município integrar o Território Estratégico de Suape, juntamente com os municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Moreno e Jaboatão dos Guararapes. A população total, no último Censo era de 59.891 habitantes.

Em Escada, a concentração fundiária e a monocultura canavieira, característica desse território, condensa a produção e a reprodução de desigualdades sociais. As severas transformações na ordem socioeconômica, com o declínio da atividade canavieira e fechamento de unidades industriais – as usinas de açúcar e destilarias –, provocaram aumento dos fluxos e interligações com a RMR, bem como no convívio com a cana-de-açúcar, plantada e colhida por agricultores e fornecedores de cana. Semelhante a Goiana, a produção agrícola da cana, em Escada, é deslocada para outros municípios e em proporção mais reduzida, antes da pandemia da Covid-19 foi conduzida para o vizinho estado de Alagoas, situado nos limites da Mata Sul pernambucana.

Mapa 2: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul.



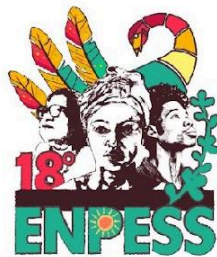
Nessa perspectiva, há fatores que se articulam na atual dinâmica de expansão da metrópole do Recife: a redução da área plantada de cana-de-açúcar, a diminuição de empregos gerados na produção agropecuária e o fechamento de usinas e destilarias, sendo estes últimos prolongados, desde o final dos anos 1990.

A alongada redução da área plantada na RMR, e em todo o estado pernambucano, está associada ao fim de incentivos e subsídios estatais (Andrade, 2001), antes destinados ao setor que, combinava produção agrícola e industrial, mantendo o monopólio do uso da terra e do capital industrial centrados nas mesmas famílias ou nas mesmas pessoas jurídicas. Vale registrar que, historicamente, no setor sucroalcooleiro do Nordeste brasileiro, “Famílias tradicionais vêm controlando engenhos banguês, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos” (Andrade, 2001, p. 274).

A mecanização agrícola e o uso de tecnologias agropecuárias são responsáveis pela menor oferta de postos de trabalho, na condição de trabalhador rural, assalariado. Cresce a demanda por trabalhadores capacitados para o uso de ferramentais e tecnologias digitais, enquanto na lavoura pode-se contratar por tempo determinado, ou enquanto durar a tarefa agrícola. Na Mata Norte e na Mata Sul, as mudanças na relação com a terra, no espaço agrário, e o crescimento da agricultura familiar, a relação “fornecedor-usina” tornou-se significativa para a produção de açúcar e álcool no território.

As unidades industriais sucroenergéticas, sem os subsídios para permanecer no Nordeste brasileiro, e decorrente da continuidade da demanda por biocombustíveis em escala global, políticas energéticas e estratégias de desenvolvimento local, adotadas por estados do Centro Oeste do país, o setor canavieiro se expande nessa região e nos estados da região Sudeste, com destaque para São Paulo. “Os atrativos de Goiás referem-se ao baixo preço das terras, clima favorável, incentivos fiscais e, principalmente, a localização geográfica, que facilita o escoamento da produção” (Carvalho e Marin, 2011, p. 682). Além de aumento da produtividade, proporcionado pelo uso de tecnologias agrícolas, o aumento das fusões e aquisições de outras empresas multinacionais, instaladas na região Sudeste transformaram o setor sucroenergético da região no mais expressivo do país, com 157 unidades fabris em funcionamento, no ano de 2015, somente no estado de São Paulo (Oliveira, 2016).

3 Encontros territoriais no tempo presente: engenhos, aglomerados rurais e bairros urbanos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

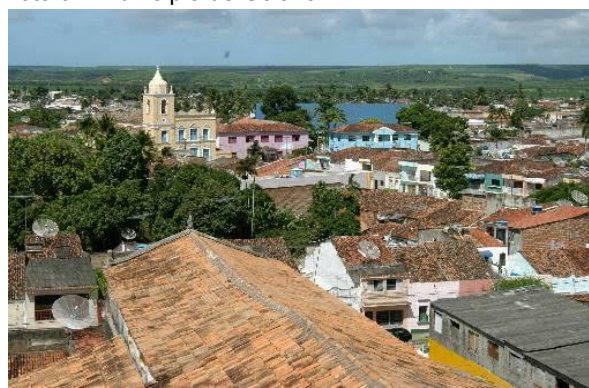
As duas cidades – Goiana e Escada –, continuam encurraladas pelos canaviais que parecem abraçá-las, estrangulando os núcleos urbanos e, a um só tempo, revelam a manutenção do cultivo da cana-de-açúcar (Fotos 01 e 02). Contudo, registra-se diversificação na forma de propriedade e da posse da terra, ainda que incipiente.

Foto 01: Município de Escada



Fonte: Compesa, 2019.

Foto 02: Município de Goiana



Fonte: Glauco Spindola/DP/Arquivo, 2017.

Os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, criados entre 1990 e 2000, pela União e governo estadual, são oriundos da desapropriação de terras sem usos definidos, antigos latifúndios açucareiros, localizadas em áreas rurais. A legislação e a regularização jurídica e fundiária de terras centralizam a competência de reconhecer a função social da terra no Governo Federal⁷. A Tabela 02, a seguir, demonstra os assentamentos de reforma agrária criados em Escada e Goiana:

Tabela 02: Projetos de Assentamentos Rurais em Goiana e Escada.

	Assentamento Rural	Famílias Assentadas	Área Total	Ano de Criação
Goiana	PE ENGENHO DIAMANTE	63	195,94	12/05/1998
	PA MUSSUMBU	44	749,65	25/08/2003
	RESEX ACAÚ-GOIANA	1504	6.678,30	10/11/2009
Escada	PA BELA VISTA	32	235,46	31/05/2001
	PA SANTA MARIA	34	333,60	31/05/2001
	PA CACHOEIRA	15	220,87	14/12/2001

Fonte: INCRA, 2017. Elaboração: NEPHSA, 2019.

As famílias assentadas tiveram garantida a posse da terra, passaram a residir e/ou permaneceram nas áreas rurais, com a possibilidade de um modo de vida rural, implicando permanência no campo, como lugar de moradia. O acesso à terra agricultável gerou novas

⁷ Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, de 1988.

relações de produção local, com a possibilidade de superação de condições de trabalho precárias nos canaviais, novas estratégias de produção agrícola, sobretudo de alimentos, e de provisão de moradia (Souto, 2020).

A definição das áreas rurais ou urbanas compete aos municípios, no Plano Diretor, instrumento constante no Estatuto da Cidade⁸, demarcam o território das cidades. O Plano Diretor do Município da Escada (Lei Municipal 2249/15), divide o território em duas macrozonas: rural e urbana. O solo urbano está dividido em sete zonas, conforme o artigo 38: Zona de Centro e Cultura, Zona de Urbanização Preferencial, Zona de Urbanização Restrita, Zona de Interesse Produtivo, Zona de Proteção Ambiental, Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e Zona de Expansão Urbana.

A delimitação de Zeis, no Plano Diretor seguiu a tendência dos planos brasileiros. “A esmagadora maioria dos planos brasileiros delimita Zeis (ou AEIS) em áreas já ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda – favelas, vilas, loteamentos irregulares e clandestinos etc. – para fins de regularização fundiária e urbanísticas” (Oliveira; Biasotto, 2011, p. 73). Em Goiana, as 13 ZEIS, definidas pelo Plano Diretor, em 2004, são também constituídas por assentamentos precários, formadas por comunidades e povos tradicionais com destaque para as Zeis Tejucupapo/Megaó; Sítio Nova Divisão, Sítio Divisão e São Lourenço, com ocupações que datam do século XVII. No documento do município da Escada as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) não estão listadas.

A ausência de atualização em ambos os Planos tornou os instrumentos formais obsoletos em relação a dinâmica e as transformações nos municípios, concorrendo para aprofundar as problemáticas e conflitos sobre a gestão e uso do solo urbano, bem como das direções tomadas pela expansão urbana. Outrossim, tanto os planos diretores, quanto os investimentos dos governos estadual e federal desconsideram as áreas e as formas de vida construídas no periurbano, ao classificar como zona de expansão ou de urbanização preferencial, ou zona especial de urbanização. A perversidade do macrozeamento que considera apenas o rural e o urbano, ofusca a dificuldade de definir e separar os diferentes usos e ocupações do território, as atividades econômicas e os conflitos sociais e ambientais.

Em Escada e em Goiana, o periurbano se caracteriza pela simultaneidade de atividades tradicionais no setor sucroalcooleiro, com continuidade da concentração fundiária das terras de antigos engenhos de açúcar, na pesca artesanal nos rios Ipojuca e Goiana, e

⁸ O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana.

pelas práticas de povos coletores e extrativistas nos mangues e alagados da porção litorânea, especificamente na área da Resex Acaú-Goiana, caracterizando diferentes ruralidades.

Os conflitos de comunidades pescadoras conectam-se a poluição dos rios, que sofreram com a contaminação pelos resíduos da produção sucroalcooleira, e intensificam-se especificamente em Goiana com o avanço da carcinicultura em áreas de reserva (Souto, *et. al*, 2024). No relatório da pesquisa “Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco” (Facepe, 2011, p. 93), na Resex Acaú-Goiana “A carcinicultura aparece para os pescadores, portanto, ao lado dos empreendimentos industriais, da plantação de cana-de-açúcar e da poluição urbana, como os grandes causadores de impactos ambientais para a pesca artesanal”.

A histórica poluição dos cursos d’água, por dejetos do setor sucroalcooleiro (calda), provocou por anos consecutivos, a morte de espécies ribeirinhas, odor e impossibilidade de uso da água para consumo humano (Andrade, 1979). No presente, a inatividade de usinas, e a manutenção de plantações de cana-de-açúcar, com uso de agrotóxicos, atualiza a problemática da poluição das fontes de água potável para as populações das cidades da Zona da Mata e da Região Metropolitana (Gurgel *et. al*, 2022).

A ampliação das áreas de transição rural-urbana e das taxas de urbanização⁹ (Tabela 01) e a necessidade de serviços urbanos e destilarias – iluminação e coleta de lixo – ampliam a demanda por abastecimento de água potável e da despoluição dos rios. O quantitativo da população atendida com abastecimento de água (Tabela 3) nos municípios revelavam que parcela da população não tinha acesso ao saneamento básico adequado¹⁰.

Em Escada, o rio Ipojuca recebe dejetos sem tratamento, advindos de domicílios e pequenos comércios que se aglomeram na sede do município. Para enfrentar o problema de esgotos domiciliares lançados no Ipojuca, o Governo estadual vem executando o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca, que no município deveria alcançar 36,5 mil pessoas, e áreas que correspondem a cerca de 40% do urbano (Compesa, 2019). As obras para tratar o esgotamento sanitário na cidade de Escada foram iniciadas entre 2008 e 2011, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento/Caixa Econômica Federal/Governo Estadual (Compesa).

⁹ Segundo IBGE (2010), a taxa de urbanização é porcentagem da população residente em área urbana em relação à população total.

¹⁰ Por saneamento básico entende-se o domicílio com rede de água, rede de esgoto e coleta de lixo (BDE, 2015).

Tabela 03: Abastecimento de água - Goiana e Escada.

Goiana		Escada	
População total do município do ano de referência (IBGE)	População total atendida com abastecimento de água (COMPESA)	População total do município do ano de referência (IBGE)	População total atendida com abastecimento de água (COMPESA)
79.249	49.111	58.011	51.283

Fonte: IBGE, 2017. SNIS, 2017.

Em Goiana, as obras de saneamento são resultado de parceria público-privada (PPP), para a construção de estações elevatória de esgoto, estações de tratamento e construção de rede coletora de esgoto, no distrito de Ponta de Pedras e a sede, com o objetivo de alcançar 62% da população do município.

O encontro territorial entre aglomerados rurais, bairros urbanos e áreas tradicionalmente ocupadas por antigos trabalhadores e trabalhadoras, vinculados ao setor sucroalcooleiro, ostentam a ampliação e aceleram-se as transformações nas duas cidades. As áreas de transição rural-urbana, de franjas-urbanas ou periurbanas de ambas, seguem a tendência identificada por Miranda (2009, p. 30) ao se apresentarem como:

[...] espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos, e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidas a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano.

A circulação e mobilidade de pessoas e de mercadorias tornam-se centrais para a continuidade do periurbano local para moradia. A possibilidade de acessar os núcleos urbanos e os serviços instalados tem se materializado em função de obras em estradas e vias locais, entre elas a duplicação da Rodovia Federal BR-101, de ligação entre o norte ao sul do país, que atravessa Escada e Goiana, e de vias estaduais. As obras de infraestrutura e de saneamento básico, realizadas com investimentos estaduais e federais desvendam a fragilidade das instâncias municipais no planejamento territorial.

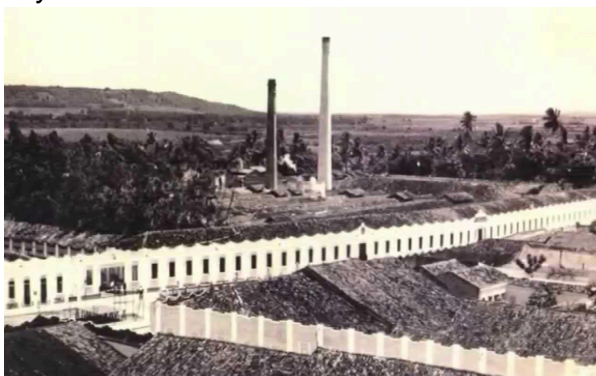
Analisar a questão da habitação nas duas cidades sugere a investigação das particularidades, articuladas a lógica de ocupação e uso da terra urbana e rural. Os primeiros núcleos urbanos de Escada e Goiana foram formados por moradias construídas pela Igreja Católica e por unidades fabris, com vilas operárias construídas por usinas de açúcar e fábricas de tecido.

A Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna (Foto 03), responsável por construir na cidade de Goiana, vilas operárias e equipamentos comunitários, em 1893, imprimiu no

espaço uma diversificação com relação ao núcleo urbano formado por Igrejas e mosteiros católicos. A instalação da fábrica de tecidos, Companhia Industrial Pirapama (Foto 04), em Escada, em 1926 foi viabilizada pela chegada da energia elétrica no início do século XX, anunciando a relação entre investimentos em infraestrutura, industrialização e urbanização. As vilas operárias construídas pelas indústrias têxteis supracitadas representavam em si novas relações de produção e condições de trabalho e de moradia. Impulsionadas pelos empreendimentos do ramo de tecelagem, as vilas se constituem como marco para a consolidação da sociabilidade urbana, no território.

No presente, nas áreas urbanas formadas a partir da ocupação histórica das sedes das cidades, realçadas no patrimônio histórico, religioso, cultural e urbanístico, adensam-se as famílias migrantes, atraídas pela possibilidade de trabalho nos empreendimentos industriais recentes, no caso de Goiana e no Território Estratégico de Suape, na particularidade de Escada. Contudo, não se registra a concentração de conjuntos habitacionais em nenhuma das duas cidades, nem expressiva expansão do setor imobiliário com a produção de espaços construídos.

Foto 03: Companhia Industrial Fiação e Tecidos
Goyanna



Fonte: Rede Brasil de Comunicação, 2015.



Fonte: Companhia Industrial Pirapama, 2019.

Foto 04: Companhia Industrial Pirapama

A autoconstrução de moradias, forma de provisão pela população (Lima, 2012), com reduzida fiscalização e controle urbano do poder público, continua modelando a estrutura urbana das cidades. Também em ambas, a recente expansão da autoconstrução de moradia ocorre sob dois aspectos: novas ocupações em terrenos públicos e o adensamento com verticalização. O aumento de imóveis para aluguéis, entre 2010 e 2015, tornou-se possível

via autoconstrução, incluindo-se as unidades localizados em áreas pobres, verticalizadas e/ou ampliadas, criando mercado de locação, para dar suporte a dinâmica econômica recente e o crescimento dos centros urbanos. Ademais, a venda de terrenos e lotes para moradias no urbano, intensificou-se no entorno das unidades industriais.

5 Conclusão

As complexas transformações nas cidades de Escada e Goiana rebateram nas formas de organização e de uso do solo. A concentração da terra, o apogeu e o declínio da atividade canavieira e da indústria de tecelagem que dava suporte a economia sucroalcooleira, a lógica histórica desigual de apropriação da terra e as novas configurações na composição da economia nesses lugares, articularam-se as dinâmicas econômicas do estado e da região Nordeste.

Outrossim, a impactam na expansão dos espaços urbanos e, simultaneamente, na constituição de outras ruralidades e na busca de superação das fortes desigualdades socioeconômicas no interior desses territórios e no conjunto da metrópole.

A crescente importância atribuída as indústrias locais, revela que os fenômenos sociais econômicos, políticos, jurídicos, culturais e de dimensão ambiental, demarcados no estudo, exigem uma leitura na perspectiva de totalidade capaz de estabelecer articulações e elos com as novas questões emergentes nos municípios, dentre elas o acesso a habitação, ao serviços de saneamento básico, a mobilidade urbana e ao trabalho, e, sobretudo, a participação da população nos bens socialmente produzidos.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Revista Estudos Avançados*. v. 15, n. 43, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a20.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. O desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco no início do século XXI: a propósito de síntese. In: ARAÚJO, Tania Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patricio de Araújo. (Org.). *Socioeconomia Pernambucana: mudanças e desafios*. Recife: CEPE, 2018. p. 297-317.

BRASIL. Estatuto das Cidades. Lei nº 10.257/01: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_populacao.shtm. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/recife>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CARVALHO, Simone Pereira de; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, SP, v. 49, n. 03, jul/set, p. 681-708, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a07v49n3.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

COMPESA. Companhia Pernambucana de Saneamento. *Município de Escada receberá obras de esgotamento sanitário*, 2017. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/municipio-de-escada-recebera-obras-de-esgotamento-sanitario/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ESCADA. Lei Municipal 2249/15. Institui o Plano Diretor do município de Escada, 2015.

FACEPE. *Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco. Relatório de pesquisa*, 2011. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/pesquisas_concluidas/2010_Atualmente/relatorio_final_resex_pernambuco.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

GALINDO, Osmil. MARINHO, Geraldo. Dinâmica territorial nas regiões de desenvolvimento. In: ARAÚJO, Tania Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de Araújo. (org.). *Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios*. Recife: CEPE, 2018. p. 245-276.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Ministério do Planejamento e Orçamento. Coordenação-Geral de Operações Censitárias. Gerência do Cadastro de Endereços. Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Notas metodológicas n. 04. Coleção Ibgeana. folheto. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=210209>. Acesso em: 21 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Áreas urbanizadas do Brasil*. 2019. Coordenação de Meio Ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

GURGEL, Aline do Monte, SOUTO, Aline de Souza, GUEDES, Clenio Azevedo, GUEDES, Geovanna Hachyra Facundo, PEREIRA, João Antonio dos Santos; BEZERRA, Virgínia Carmem da Rocha. Espelho sem reflexos: conflitos e vulnerabilidades socioambientais em uma região produtora de cana-de-açúcar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 03, p. 1049-1060, 2022.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. *A cidade autoconstruída*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: Velhas novidades em novos territórios. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. [Online] v. 11, n.1. p. 25-40, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/208/192>. Acesso em: 18 out. 2019.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Landé Editorial, 2016. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>. Acesso em: 11 jul 2019.

PERNAMBUCO. Base de dados do estado (BDE). *Perfil Municipal Escada*, 2015. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/ESCADA.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

PERNAMBUCO. Base de dados do estado (BDE). *Perfil Municipal Goiana*, 2015. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/Goiana.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Complexo Industrial e Portuário de Suape: impactos nas condições de moradia. In: CAVALCANTI, Helenilda Wanderlei de Vasconcelos; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; OLIVEIRA, Roberto Vêras de Oliveira (Orgs.). *Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018. p. 119-156.

SOUTO, Aline de Souza. *Semeá, adubá, tratá: as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco*. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUTO, Aline de Souza, BEZERRA, Virgínia Carmem da Rocha, GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva, SANTOS, Mariana Olívia Santana dos, GURGEL, Aline do Monte. Conflitos e Injustiças socioambientais na Reserva Extrativista Acaú-Goiana. *Ambiente & Sociedade*, v. 27, 2024.